

FAZENDEIROS DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL (1840-1860).

Irene Nogueira de Rezende

A presente pesquisa surgiu como desdobramento da Dissertação de Mestrado: **O Paraíso e a Esperança. Vida cotidiana de fazendeiros na zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)**, defendida em outubro de 2002 no Departamento de História da FFLCH da USP¹. A dissertação foi elaborada a partir de um arquivo familiar, enriquecida por inúmeros inventários, escrituras, testamentos, autos de demarcação de terras, jornais de época e outras fontes, acompanhando a formação e a história de duas fazendas de café que pertenceram a um mesmo grupo familiar. Como o tema privilegiava a vida cotidiana e, obviamente, um recorte temporal específico, uma parte considerável da documentação não foi aproveitada.

Neste trabalho para a tese de Doutorado utilizaremos este material ampliado com fontes do Acervo do Fórum da Cidade de Viçosa que reúne documentação do século XIX referente a vários distritos da zona da Mata norte. Embora sem nenhuma organização prévia, este acervo é rico e variado, composto principalmente de inventários, testamentos, ações de demarcação de terras, escrituras, petições, libelos e documentos sobre escravos. Serão usadas as fontes do Arquivo Público Mineiro, onde estão guardados os documentos oficiais da Província de Minas Gerais, e do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana detentora de inventários até a data de 1830. Reiteramos que o período a ser estudado abrange os anos entre 1840 e 1860 e o objetivo mais amplo é avaliar o papel desempenhado pelos proprietários de terra dessa região na construção do Estado nacional, buscando suas especificidades e inserção no panorama político e econômico do Segundo Reinado.

A zona da Mata Sul compreendia a região de Juiz de Fora, Leopoldina e Mar de Espanha, precursora do cultivo intensivo do café e com estreita ligação com os vizinhos fluminenses. Esses fazendeiros que ali formaram suas propriedades vieram pelo

¹ Escolhida para fazer parte da Série *Teses*, foi editada em 2004 pela Editora Humanitas e pelo Programa de Pós-graduação em História Social da USP.

Caminho Novo de Garcia Rodrigues Pais, muitos deles à procura de novos terrenos para o café em decorrência do esgotamento do solo das lavouras fluminenses.²

Caminhos diferentes fizeram os fazendeiros da Mata Central e Norte. Saíram de Mariana e Vila Rica, seguindo em direção aos rios Doce e Piranga. Nossa pesquisa terá como foco estas áreas, que abrangem as cidades de Viçosa e Ponte Nova e pequenas cidades nos arredores. Por sua proximidade da região aurífera e fertilidade dos seus terrenos foi para lá que os “desiludidos do ouro” se dirigiram para aplicar seus capitais e formar suas fazendas desde os anos finais do setecentos. “Avançar sobre matos virgens, desbravar áreas inóspitas e enfrentar resistência nativa representavam atitudes próprias de um forte grupo empreendedor, com sólidas alianças familiares e detentores não só de aporte econômico, mas de um capital político, capaz de enfrentar as dificuldades, multiplicar as oportunidades e perpetuar o status e a honra de antigas elites mineiras.”³

Essa subdivisão da Zona da Mata de Minas Gerais era conhecida no século XVIII como Áreas Proibidas ou Sertões do Leste. A Metrópole proibia o povoamento dessa região no intuito de fazer futuras prospecções e, o mais importante, manter apenas uma rota para o Rio de Janeiro para evitar o contrabando do ouro, já que pela zona da Mata norte também era possível chegar ao litoral. Em um Alvará de 1733, proibia-se a abertura de novos caminhos para a capitania. Mas, certamente, muitos ignoravam as ordens régias e se aventuravam pelos sertões à procura de ouro.

Consideramos importante descentralizar os trabalhos acadêmicos sobre Minas Gerais que, em sua grande maioria, privilegiam o ciclo do ouro, ou seja, o período colonial em que Minas era uma capitania com uma legislação distinta das outras capitanias. Consideramos também que a presente pesquisa será relevante para tentar compreender a dinâmica interna de Minas com suas características específicas durante parte do período provincial.

Ressaltamos, porém, que em anos mais recentes vários estudos vieram esclarecer a questão do abastecimento interno, demonstrando que, na província, durante o século XVIII,

² Sobre o tema ver **STEIN**, Stanley – *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio, Nova Fronteira, 1990. **FRAGOSO**, João Luis e **RIOS**, Ana Maria Lugão – Um empresário brasileiro do oitocentos. In: **CASTRO**, Hebe de e **SCHNOOR**, Eduardo (org.) *Resgate. Uma janela para o oitocentos*. Rio, Topbooks, 1995.

³ **OLIVEIRA**, Mônica Ribeiro de – *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870*. Tese de Doutorado. Rio, UFF, 2001.

não existia uma economia exclusivamente voltada para a mineração. Este debate comprovou a existência de um setor dinâmico que se desenvolveu muitas vezes integrada à atividade mineradora e, o que é fundamental, continuou vigoroso mesmo depois da decadência dos veios auríferos.⁴

A visão da historiografia clássica sobre Minas do período que vai do final do oitocentos até meados do novecentos era de décadas de extrema pobreza e estagnação, incluindo aí Celso Furtado e Caio Prado Júnior.⁵ Minas Gerais, como capitania que remeteu a Portugal grande quantidade de ouro e diamantes, foi a princípio observada como região que teve o seu apogeu durante o século XVIII e, posteriormente, com o esgotamento das jazidas, sofreu uma atrofia econômica até se reerguer com a produção de café iniciada nos meados do século XIX, notadamente nas regiões da zona da Mata e no sul da província.

A partir da década de 80 do século XX, novos autores se debruçaram sobre este período de atrofia e chegaram a conclusões que vieram revelar e esclarecer inúmeros aspectos dessa fase. Amílcar e Roberto Martins⁶, estudando a população escrava de Minas Gerais concluíram que, ao contrário do que as evidências apontavam, a população de cativos cresceu e muito durante esse tempo de suposta decadência, mostrando a existência de uma economia voltada para o consumo interno e contrariando as versões de uma atrofia econômica desse período.

O historiador Douglas Cole Libby⁷ em um trabalho de fôlego sobre a escravidão em Minas no início do século XIX, também constatou esse crescimento vigoroso da população escrava, demonstrando que além das atividades agrícolas, outros setores foram importantes na economia mineira no período como as tecelagens domésticas, siderurgia e extração de ouro subterrânea, todos usando da mão de obra escrava.

⁴ Podemos salientar aqui dois trabalhos sobre o tema: **FURTADO**, Júnia Ferreira – *Homens de negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo, Hucitec, 1999 e **MENEZES**, José Newton Coelho – *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina, Ed. Maria Fumaça, 2000.

⁵ **FURTADO**, Celso – *Formação econômica do Brasil*. Rio, Nacional, 1989; **Prado Jr.** Caio – *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1975.

⁶ **MARTINS**, Roberto – *A economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFGM, 1980 e Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: **SZMRECSÁNYI**, Tamás e **LAPA**, José Roberto do Amaral (orgs.) – *História econômica da independência e do império*. São Paulo, EDUSP/ Imprensa Oficial SP/ Hucitec, 2002.

MARTINS, Roberto e **MARTINS FILHO**, Amílcar – Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth Century Minas Gerais Revisited. In: *The Hispanic American Historical Review*, vol. 63, number 3, 1983.

Alcir Lenharo⁸ também contribuiu com suas pesquisas para esta nova visão da economia mineira nas últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX. Lenharo estudou a questão do abastecimento interno na Província mineira, concluindo que o comércio e distribuição de gêneros alimentícios formaram um setor social importante que investiu na expansão da economia cafeeira, ressaltando a relevância do Sul de Minas no fornecimento de produtos para o Rio de Janeiro. Ele elucida as intrincadas relações comerciais e de parentesco e suas conexões com o poder central. Retornaremos a este autor nas referências teórico-metodológicas.

O historiador João Luís Fragoso, no seu livro *Homens de grossa aventura*, onde estuda a movimentação do mercado interno na praça do Rio de Janeiro no período de 1790 a 1830, nota que, Minas enviava seus produtos para a área fluminense e para o Rio transformada em sede da Corte portuguesa em 1808: “...a economia de Minas Gerais deixara de ter como eixo dinâmico a atividade mineradora, passando a se basear, em finais dos anos de 1700, em uma agricultura e uma pecuária voltadas para o mercado interno. Na verdade, o que assistimos é, ao lado do definhamento da atividade mineradora, o crescimento de uma agricultura e uma pecuária mercantis não-exportadoras já existentes desde o início do século XVIII; isto explica o fato de Minas aparecer, em 1819, como a maior capitania escravista do país.”⁹

Poucos estudos, porém, focaram a zona da Mata norte, principalmente no que se refere à formação do núcleo de fazendeiros no período entre a decadência da mineração e o a expansão da produção cafeeira. Antes de prosseguirmos será necessário, porém, destacar duas importantes e solitárias contribuições. O estudo de Paulo Mercadante, *Os Sertões do Leste*¹⁰ como um dos únicos, senão o único que privilegiou esta região em suas pesquisas, narrando como se deu a criação das cidades da zona da Mata norte, sem, contudo, aprofundar nas questões que pretendemos abordar. E o trabalho mais recente da historiadora Mônica Ribeiro de Oliveira, já citado, que analisou as origens e consolidação da cafeicultura na zona da Mata mineira de 1780 até os meados do século XIX. Em

⁷ LIBBY, Douglas Cole – *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

⁸ LENHARO, Alcir – *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo, Símbolo, 1979.

⁹ FRAGOSO, João Luis – *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio, Arquivo Nacional, 1992, págs. 105/106.

Negócios de famílias, o recorte geográfico, todavia, privilegiou a região de Juiz de Fora e arredores, fato que não invalida a contribuição de sua pesquisa para a história da zona da Mata de Minas Gerais nesse período. A micro-região por nós escolhida ainda não foi, portanto, objeto de pesquisas anteriores mais acuradas.

No início do século XIX, a zona da Mata foi local de culturas diversificadas como milho, feijão, café, cana de açúcar, criação de suínos e bovinos. Existem registros de tecelagens e pequenas indústrias de velas, óleo de mamona e forjas. João Antonio de Paula observa que: “Relatos coevos dão conta da existência de uma ampla e diversificada estrutura manufatureira na capitania mineira, que incluía a produção de doces, queijos, chapéus, calçados, tecidos, sabão, carnes de porco e de vaca, couros, além de forjas de ferro que juntamente com os teares marcarão a fisionomia mineira nos séculos XVIII e XIX.”¹¹

Os inventários pesquisados durante a elaboração da dissertação *O Paraíso e a Esperança* só vieram confirmar os estudos destes autores. O inventário de José Pereira de Rezende revela que, além das atividades agrícolas e pastoris costumeiras, esse fazendeiro produzia em sua propriedade próxima a Arrepiados (hoje cidade de Araçuaia) tecidos de lã e óleo de mamona para iluminação das ruas de Ouro Preto e Mariana.¹²

A Mata como já diz o nome era formada por terrenos férteis de florestas virgens. Os pioneiros que para lá se dirigiram enfrentaram todos os tipos de dificuldades: difícil acesso, as matas fechadas, bichos peçonhentos, doenças e, muitas vezes, embates com os índios. Várias tribos viviam então na região coroados, puris, caetés e botocudos. Não se deve ignorar a forte evidência de que muitos dos pioneiros que se aventuravam para as áreas ditas proibidas era, sem dúvidas, a esperança de encontrar novas minas de ouro. Encontravam, às vezes, algum ouro no leito dos rios, mas passada a ilusão se estabeleciam nos locais plantando roças.

Os arraiais matenses tiveram, em sua maioria, essa origem. Os primeiros habitantes pediam licença ao bispado de Mariana, erigiam uma capela em homenagem a algum santo da devoção. Ao redor da capela surgiam as primeiras casas. Assim foram formadas cidades como Viçosa e Ponte Nova. A primeira iniciou-se em 1800, com uma ermida em

¹⁰ MERCADANTE, Paulo – *Os sertões do Leste. Estudo de uma região: a Mata mineira*. Rio, Zahar, 1973.

¹¹ PAULA, João Antonio de – *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, pág. 65.

homenagem a Santa Rita de Cássia recebendo o nome de Santa Rita do Turvo. Ponte Nova surgiu ao redor da capela de São Sebastião e Almas, com licença expedida em 1770. Paulo Mercadante, em seu estudo sobre o desbravamento da região, narra as lutas entre os índios e os primeiros habitantes das Áreas Proibidas.

Quando a corte portuguesa transmigrou-se para o Brasil, em 1808, a capitania de Minas Gerais possuía uma população de cerca de 450 mil habitantes¹³ e passava por um processo de adaptação de uma economia baseada primordialmente na mineração para uma economia agroexportadora. As políticas públicas de D. João VI aliadas à proximidade com o Rio de Janeiro, então sede da monarquia portuguesa, contribuíram para melhorar a situação em que se encontrava a capitania. “Com a abertura dos portos, a libertação da indústria, a permissão de vinda dos estrangeiros, o amparo à agricultura e ao comércio, criado o Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação do Estado do Brasil, a economia do país é sacudida na antiga estagnação. Minas figura entre as capitanias que se alteram no período, pelas medidas que aqui se adotam.”¹⁴

D. João VI não quis mais a capitania mineira fechada. Ordenou maior assistência para a mineração e exploração do ferro, suspendeu as proibições de manufaturas incentivando a indústria têxtil, autorizou a abertura de estradas, inclusive pelos sertões do leste (região da Mata norte). Se os resultados obtidos não foram relevantes, ao menos representaram “tentativas de se romper com a rotina”.

O privilégio na concessão de sesmarias continuou, no entanto. Infelizmente não foi possível apurar ainda se houve alguma especificidade no caso da capitania de Minas no que se refere às políticas do príncipe regente. O que se sabe é que, através do decreto de 22 de junho de 1808,¹⁵ D. João determinou que fossem transferidos para a Mesa do Desembargo do Paço, no Rio de Janeiro, os pedidos de confirmação das sesmarias, atribuição anterior do Tribunal do Conselho Ultramarino em Lisboa. Através desse decreto, o Regente delegou aos capitães gerais nas capitanias (o termo província só foi usado depois de 1816) o

¹² **REZENDE**, Irene Nogueira de – *O Paraíso e a Esperança. Vida cotidiana de fazendeiros na zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. Dissertação de Mestrado. USP, 2002, págs. 27/28.

¹³ Em 1805, a população da capitania mineira era de cerca de 405 mil habitantes, dos quais 188.781 eram escravos. Fonte: População da Província de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, 1883.

¹⁴ **IGLÉSIAS**, Francisco – Minas Gerais. In: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico. Dispersão e unidade*, tomo II, 2.º vol.. Rio, Difel, 1995, pág. 375.

poder de distribuir sesmarias, facilitando o acesso das elites regionais para a aquisição de novas terras.

Os registros existentes nos códices do Arquivo Público Mineiro mostram a grande quantidade de sesmarias doadas na região da Mata norte no começo do século XIX. Confrontando os registros de sesmarias com os inventários da Casa Setecentista¹⁶, do Fórum de Viçosa e Registros de Terras¹⁷, comprovam-se as doações para os proprietários ali estabelecidos.

Alguns homens de grosso cabedal recebiam inúmeras sesmarias para si e para os parentes. É curioso que nem todas as sesmarias doadas eram registradas. Foi o caso do comendador, deputado provincial (1840/41) e capitão da Guarda Nacional Manoel José Monteiro de Barros. No inventário das cartas de sesmarias existentes nos códices do Arquivo Público Mineiro seu nome consta como recebedor de somente uma sesmaria em janeiro de 1818 na paragem onde corre o ribeirão do Ramos, afluente do Rio Casca, próximo à cidade de Araponga. Na realidade ele recebeu também grande número de sesmarias na região de Leopoldina e Gataguases. Francisco de Paula Ferreira de Rezende anotou em suas memórias: “A família dos Monteiro de Barros é, como todos sabem, originária de Congonhas do Campo e, como todos sabem ainda, é uma das mais importantes de nossa província. Possuidora de minas, e por conseqüência, muito rica em outros tempos, desde que o ouro começou a escassear, a antiga riqueza começou a diminuir; e então um membro dessa família, o comendador Manoel José Monteiro de Barros, assentou de deixar as minas para vir se estabelecer na mata com fazenda de cultura. Para esse fim alcançou do governo um grande número de sesmarias, não só para si e para os seus filhos que já existiam, mas até mesmo, segundo ouvi dizer, para uma filha que ainda não estava nascida...”¹⁸

A observação de Ferreira de Rezende é corroborada pelos comentários de Saint-Hilaire sobre a falta de critérios nas distribuições de terras. Em sua segunda viagem pelas províncias de Minas, Rio e São Paulo no ano de 1822 ele observou: “Nada se equipara à

¹⁵ CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba – *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. 2 volumes. São Paulo, EDUSP/Kosmos, 1993, pág. 11.

¹⁶ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. *Inventário* cód. 23.

¹⁷ Arquivo Público Mineiro. *Arquivo Paroquial de 1856*. TP 07

¹⁸ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de – *Minhas recordações*. B. Horizonte, S. Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988, pág. 347.

injustiça e à inépcia graças às quais foi até agora feita a distribuição das terras. (...) Era preciso que se distribuisse, gratuitamente, e por pequenos lotes, esta imensa extensão de terras vizinhas à capital, e ainda estava por se conceder quando chegou o Rei. Que se fez, pelo contrário? Retalhou-se o solo pelo sistema de sesmarias, concessões que só se podiam obter depois de muitas formalidades e a propósito das quais era necessário pagar o título expedido. O rico conhecedor do andamento dos negócios tinha protetores e podia fazer bons favores; pedia-as para cada membro de sua família e assim alcançava imensa extensão de terras.”¹⁹ Nossa pesquisa pretende também elucidar aspectos da distribuição e posse da terra na região.

Mas a fertilidade da terra compensava os riscos. Em 1818, o médico bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius e o zoólogo Johann Baptist von Spix, passando pelo norte da zona da Mata, observaram as potencialidades dos terrenos: “Mais ricas do que pelo metal são, entretanto, estas terras, em virtude de sua fertilidade, e é de esperar que aqui as minas ainda sejam completamente suplantadas pela lavoura. O milho dá no primeiro ano quatrocentos por um; a colheita de duzentos por um é considerada medíocre, e a de cem é má.”²⁰

É importante salientar que as propriedades dessa região da Mata não se caracterizaram por grandes dimensões. “Os Registros de Terras de 1856 mostram que as propriedades da sub-região central mediam de 30 a 40 Alqueires. Eram consideradas grandes propriedades quando atingiam os 300 ou 400 alqueires.”²¹

As fazendas eram auto-suficientes e contavam com notável infra-estrutura. Os inventários pesquisados no Fórum da cidade de Viçosa e na Casa Setecentista de Mariana revelam todo o aparato que esses fazendeiros possuíam. Bestas de tropas, carpintarias, moinhos, engenhos, ferrarias e teares eram facilmente encontrados dentro das fazendas matenses. Num inventário de 1827, Vicente Ferreira de Sá e Castro, proprietário da fazenda Boa Vista do Turvo, próxima à Amparo do Serra, possuía “engenho de água e de moer

¹⁹ **SAINT-HILAIRE**, Auguste de – *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo, 1822*. B. Horizonte, S. Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1974, págs. 22/23.

Sobre as distribuições de sesmarias na região fluminense ver também **STEIN**, Stanley, op. cit., págs. 36 a 42. E ainda sobre a formação das estruturas fundiárias em Minas Gerais citamos o trabalho de **CARRARA**, Angelo Alves – *Ocupação territorial e estrutura fundiária: as Minas e os currais (1674-1850)*. In: *Estudos de História* (Terras no Brasil colonial e imperial), vol. 8, n. 2. Franca, Olho D’água, 2001.

²⁰ **SPIX**, Johann Baptist von e **MARTIUS**, Carl Frederic Philipp – *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. B. Horizonte, S. Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1981, pág. 218.